



CÂMARA DOS DEPUTADOS

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÕES N.º _____, DE 2015

(Do Sr. Betinho Gomes)

Requer ao Ministro de Estado de Minas e Energia, Sr. Eduardo Braga, por intermédio da Petrobras, informações sobre as refinarias Premium I, Premium II Abreu e Lima, situadas nos Estados do Maranhão, Ceará e Pernambuco, respectivamente.

Senhor Presidente:

Com fundamento no § 2.º do art. 50 da Constituição Federal e nos arts. 115, inciso I, e 116, do Regimento Interno desta Casa, solicito a Vossa Excelência sejam requeridas ao Ministro de Estado das Minas e Energia, Sr. **Eduardo Braga**, por intermédio da Petrobras, as seguintes informações:

- I) A decisão de cancelar, ou “descontinuar”, a construção das refinarias Premium I (MA) e Premium II (CE) foram submetidas ao Conselho de Administração da Petrobras? Caso afirmativo, informar em que reunião foi deliberada tal decisão, encaminhando cópia na íntegra da respectiva Ata;
- II) Considerando que no terceiro trimestre de 2014, a empresa comunicou ser de R\$ 2,707 bilhões, o montante investido até o momento nas refinarias Premium I e Premium II, informar se sobre esse montante investido, ou qualquer outro, há recursos despendidos pelos governos dos Estados do Maranhão e Ceará e os valores alocados por cada um dos estados;



CÂMARA DOS DEPUTADOS

III) Informar quais os elementos de despesa – e seus respectivos valores - formam a “baixa contábil” referente aos dois empreendimentos;

IV) Como a empresa justifica o superfaturamento de R\$ 84,9 milhões nas obras de terraplenagem na refinaria Premium I, bem como a ausência de projeto básico no início das obras apontados em relatório do Tribunal de Contas da União ?

V) Assim como na refinaria de Pasadena, Texas, EUA, onde a então Presidente do Conselho de Administração, Dilma Roussef, atribuiu o equívoco da aquisição a um “relatório” falho elaborado pela Diretoria, informar se sob os enfoques comercial, técnico e contábil a decisão de construir a refinaria foi acertada;

VI) No caso de a resposta do item anterior ser assertiva, informar quais os reais motivos para a descontinuidade dos dois projetos e se há iniciativa no âmbito da empresa para obter o ressarcimento das perdas decorrentes da iniciativa fracassada, por parte de seus responsáveis legais;

VII) Com relação à refinaria Abreu e Lima, quais os motivos pelos quais a Petrobrás paralisou as obras da segunda etapa, considerando já estar concluída, 91% do investimento?

JUSTIFICAÇÃO

Lançadas com 2009 e 2010, respectivamente, com várias visitas oficiais, olho nas urnas e muita propaganda eleitoral pelo ex-Presidente Lula e a então Ministra da Casa Civil Dilma Roussef, ao custo total de R\$ 51 bilhões, as duas refinarias tornaram-se espelho do amadorismo, incompetência e da irresponsabilidade que caracterizam a gestão petista no parque de refino do País, com o cancelamento da construção das duas refinarias.

Essas duas unidades, situadas em Bacabeira (MA) e Pecém (CE), tinham como data prevista para entrada em funcionamento, 2016 e 2017, sendo que a



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Premium I, seria a maior refinaria do País, com capacidade de refinar 600 mil barris/dia.

Ocorre que a irresponsabilidade daqueles que lançaram essas obras, irá gerar um prejuízo de R\$ 2,111 bilhões na Refinaria Premium I e de R\$ 596 milhões na Premium II, totalizando R\$ 2,707 bilhões, sem que ninguém, até o presente momento tenha sido apontado como o responsável por mais esse desfalque nos cofres da Petrobras.

Ao acenar à população dos dois estados com a criação de mais de 25.000 empregos na fase da construção das duas refinarias, esse contingente nunca superou a casa de 1.200 trabalhadores, levando indiretamente à ruína, pequenos comerciantes que acreditando nas promessas do governo do PT, primeiro com Lula e posteriormente com Dilma Roussef, se endividaram para construir hotéis, restaurantes, loteamentos residenciais, lojas de materiais de construção, dentre outros empreendimentos de menor investimento e hoje, desesperados, amargam prejuízos que trarão reflexos por toda a vida.

Em adição, fica anulado, também, todo o trabalho de desapropriação de moradores, executado pela Petrobras nas duas cidades, além do treinamento e qualificação de trabalhadores, trabalho iniciado pelos empreendedores locais com a consequente perda dos recursos financeiros utilizados.

Para coroar o *“modus operandi”* petista de administrar refinarias, o Tribunal de Contas da União – TCU, apontou um superfaturamento de R\$ 84,9 milhões, apenas na fase de terraplenagem da Refinaria Premium I, além de erros técnicos que causaram mais prejuízos à Petrobras, além da inexistência de projeto básico quando do início das obras.

Em 03 de abril de 2013, portanto 4 anos após seu lançamento a Refinaria Premium I ainda não tinha um projeto completamente definido.

Desta forma, é imperativo que sejam apuradas as responsabilidades por essas iniciativas fracassadas, as irregularidades apontadas pelo TCU e os prejuízos financeiros causados aos cofres da Petrobras, que somam até o presente momento R\$ 2,7 bilhões, valor esse certamente a ser acrescido de custos com cancelamentos de contratos e compromissos, além do prejuízo social



CÂMARA DOS DEPUTADOS

à população dos Municípios de Bacabeira e Pecém, e suas zonas de influência geoeconômica, prejuízo esse inestimável e de difícil dimensionamento.

No que tange à Refinaria Abreu e Lima, há etapas em avançado estágio de conclusão – cerca de 90% - onde não se justificaria qualquer tipo de paralisação das obras por iniciativa da Petrobras.

Como existem fatores que fogem ao controle da empresa, como movimentos grevistas dos operários, ou recomendações do TCU para que a empresa se abstenha de pagar às empreiteiras o que se supõe superfaturado, é relevante que se conheça os reais motivos de paralisação das obras no estágio em que se encontra.

Desta forma, as informações acima requeridas serão essenciais à análise da presente questão, e possibilitarão a esse Parlamentar e à Casa, avaliarem se a decisão tomada pela Petrobras está alinhada com a história de sucesso da empresa, arranhada recentemente com inúmeros fatos e decisões de natureza gerencial duvidosa e que grandes prejuízos trouxeram à empresa, aos seus acionistas e ao povo brasileiro.

Sala das Sessões, em de fevereiro de 2015.

DEPUTADO BETINHO GOMES
PSDB/PE